

Sarney diz que o governo deseja justiça fiscal

É a seguinte a íntegra da fala do presidente da República, José Sarney, durante a assinatura, hoje pela manhã, no Palácio do Planalto, do "Programa de mudanças":

"Estou enviando esta manhã, ao Congresso Nacional, projeto de lei que importa em profundas reformas tributárias dentro do contexto geral de um projeto de mudanças na área econômica. Essa decisão está sendo tomada depois de ouvirmos a área política e de analisarmos profundamente o setor administrativo.

Nós estamos chegando quase ao final das mudanças institucionais que todos nós prometemos ao País. Ontem, foi promulgada a emenda que convoca a Assembléia Nacional Constituinte. Acabamos de sair da mais livre eleição ocorrida no Brasil. No setor institucional, todos os compromissos políticos foram cumpridos. No setor econômico nós chegamos ao fim do ano com importantes metas da Nova República que foram alcançadas, sobretudo as metas prioritárias e os objetivos que a Nação perseguia há longos anos. Saímos da recessão. Só esse fato já é um grande anúncio ao povo brasileiro. Em segundo lugar, aumentamos o número de empregos: mais de um milhão e meio de novos empregos foram criados neste ano. O País voltou a crescer e diminuem os desempregados.

Por outro lado, acabamos com o arrocho salarial; os salários subiram em termos reais acima da inflação; o País voltou aos trilhos; e agora é a vez de mudanças importantes e ambiciosas no setor público. A primeira constatação é que o governo gasta mais do que ele tem e do que arrecada. Precisamos, para enfrentar de uma vez o problema da inflação, equilibrar o orçamento. E, nesse sentido, são necessárias algumas medidas drásticas. Mas elas estão sendo feitas dentro do espírito do debate, da análise, do consenso democrático, sobretudo com grande espírito de justiça.

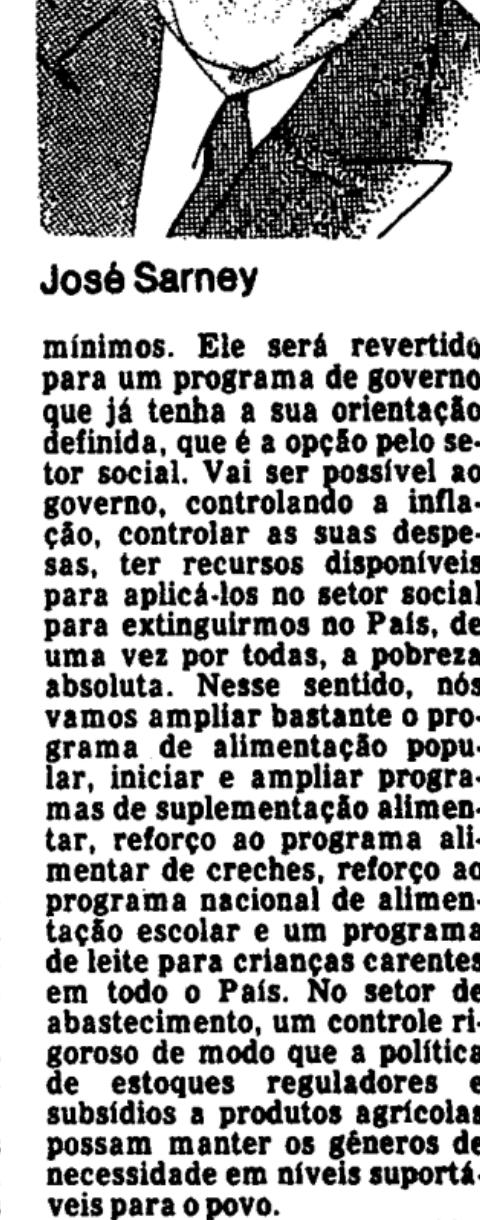
Determinei aos ministros da área econômica que nessas medidas não fosse feito nenhum aumento de imposto que recaisse sobre os assalariados. E que todas essas medidas, também, se destinasse a desconcentrar a renda, de modo a atingirmos os objetivos de democratizar a renda, taxando os que ganham mais e devem pagar mais. Por outro lado, também taxar ganhos de capital e aplicações financeiras. Outro aspecto importante das medidas tributárias agora adotadas é o que se refere ao Imposto de Renda retido na fonte, que deve ser pago pelo cidadão como um imposto, e não como um empréstimo para ser devolvido depois. Com essa medida nós teremos uma medida de justiça tributária e, ao mesmo tempo, teremos maior disponibilidade de dinheiro para os assalariados. Há um desejo do governo nesse setor de mudança de implantar uma verdadeira justiça fiscal e, ao mesmo tempo, de aplicar bem o dinheiro do contribuinte.

Temos que ter a filosofia de que o imposto é pago pelo cidadão para receber, em contrapartida, serviços do Estado e, portanto, esses recursos devem ser aplicados da maneira mais rigorosa possível. Por outro lado, no setor público, determinei medidas de redução e contenção de despesas da administração federal direta e indireta e em todas as fundações. Determinei a proibição do ingresso de pessoal nos órgãos da administração direta e indireta e em todas as autarquias; uma imediata modernização e racionalização das estruturas da administração direta e indireta, autarquias e fundações; proibição de construção, aquisição, locação de imóveis residenciais ou outros destinados à administração pública; limitação total do uso de veículos oficiais e uma redução de 20% de todas as despesas de serviços de terceiros para a administração direta; a limitação de prestação de serviço extraordinário, horas extras, no serviço público federal.

Em relação às estatais e fundações, uma redução de 10% das despesas com pessoal. Também nesse setor de empresas estatais, proibição da contratação de pessoal; e necessidade de uma autorização pessoal do presidente da República, que só a fará em casos de absoluta necessidade de novos investimentos, continuando a política que adotamos de investimentos seletivos. Também nessa área, restrição de veículos reservados aos presidentes das empresas estatais e das fundações, e a venda de todos os veículos considerados excedentes.

Centralização do orçamento das empresas estatais do governo, que dependem do orçamento geral da União, na Secretaria de Orçamento e Finanças da Sepplan; e também nessas empresas uma redução real de 20% das despesas relativas a serviço de terceiros. Vale acrescentar que o orçamento unificado, em votação pelo Congresso, também será um grande instrumento de controle das finanças do governo. Com a finalidade de não penalizar o povo com a presença de um Estado ineficiente, também estamos lançando um efetivo programa de privatização; privatizar em benefício da empresa nacional, democratização do capital e também desregulamentação da economia, isto é, tirar as imprecisões burocráticas que impedem as empresas de terem seu dinamismo total aproveitado.

Mas todo este esforço que está sendo feito, sem dúvida, colocará o déficit público a níveis



José Sarney

mínimos. Ele será revertido para um programa de governo que já tenha a sua orientação definida, que é a opção pelo setor social. Vai ser possível ao governo, controlando a inflação, controlar as suas despesas, ter recursos disponíveis para aplicá-los no setor social para extinguirmos no País, de uma vez por todas, a pobreza absoluta. Nesse sentido, nós vamos ampliar bastante o programa de alimentação popular, iniciar e ampliar programas de suplementação alimentar, reforço ao programa alimentar de creches, reforço ao programa nacional de alimentação escolar e um programa de leite para crianças carentes em todo o País. No setor de abastecimento, um controle rigoroso de modo que a política de estoques reguladores e subsídios a produtos agrícolas possam manter os gêneros de necessidade em níveis suportáveis para o povo.

Atendimento de necessidades sociais básicas no setor de saúde, com distribuição de medicamentos às pessoas carentes em todo o País.

Educação básica, habitação e melhoria urbana, saneamento, no setor de justiça, também no que se refere a mutirão contra a violência, setor da reorganização agrária, assentamento de trabalhadores rurais e colonização no Nordeste; programa regional de apoio ao pequeno produtor, ações de ensino no Nordeste rural, ações de saúde também no Nordeste rural e ações de saneamento em áreas rurais; o programa de irrigação já lançado com 1 milhão de hectares, uma atenção especial ao transporte urbano de massa.

Assim, eu espero que, cumprida a parte institucional das mudanças prometidas ao País, reajustada a parte econômica, agora, o governo se sente seguro e pode comprometer-se com o País, com um efetivo programa de metas administrativas, um governo dinâmico, ágil, presente e desenvolvimentista. Eu agradeço a colaboração que o ministro tem dado ao governo nesses meses, período difícil, de grandes desafios e que temos encontrado da parte de todos aqueles que colaboraram conosco um grande espírito de dedicação. Assim, chegou a hora e a vez de construir um grande país: no campo e também nas cidades. E esse o novo compromisso da Nova República, e o primeiro passo para essa demarragem está sendo feito hoje com o lançamento do grande Programa de mudanças para o qual peço a compreensão, a ajuda e o apoio do povo brasileiro e, principalmente, dos políticos brasileiros, nós, que temos o dever de respaldar essa ação administrativa. Acredito que chegaremos a esse objetivo. Vamos chegar lá, e eu peço ao senhor ministro da Fazenda, dr. Dílson Funaro, que possa detalhar com maior profundidade todos os projetos que agora nós iniciamos."